



Goiânia, GO, 11 de fevereiro de 2015

A Associação Pirapitinga de Educação e Conservação Ambiental (Projeto Pirapitinga – CNPJ 15.673.137 / 0001 – 84), entidade social de proteção do meio ambiente sem fins lucrativos, vem através desta tornar pública sua posição em relação aos projetos de 22 pequenas centrais hidrelétricas – PCH's e aproveitamentos minerários a serem instalados na região da Área de Proteção Ambiental de Pouso Alto - APA do Pouso - criada por meio do Decreto Estadual no 5.419, de 7 de maio de 2001, em especial àqueles localizados na bacia do rio Tocantinzinho e proximidades do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (criado em 1961 e declarado Patrimônio Mundial Natural em 2001 pela UNESCO).

A bacia hidrográfica do alto rio Tocantins abriga a APA de Pouso Alto, maior remanescente com condições de suporte de espécies ameaçadas por perturbações existentes em outros pontos da sub-bacia. Destacamos nesse contexto hidrográfico a espécie alvo do projeto, a pirapitinga (*Brycon nattereri*), espécie ameaçada de extinção na categoria vulnerável (MMA 445, de 17 de dezembro de 2014), com a qual desenvolvemos estudos no sentido de compreender seus principais aspectos biológicos e de uso de hábitat no rio Tocantinzinho.

Ressaltamos que a riqueza de 16 espécies de peixes relacionadas pelo Estudo Integrado de Bacia Hidrográfica do rio Tocantinzinho (Ambientare Soluções Ambientais e BBM Consultoria Ambiental), que está sendo considerado na análise da viabilidade destes empreendimentos, é significativamente aquém daquela de fato existente na região. Para exemplificar, o levantamento da ictiofauna de Serra da Mesa revelou a ocorrência de mais de 230 espécies de peixes num trecho da bacia situado apenas um pouco abaixo da área onde se pretendem construir os empreendimentos. E existem muitas espécies adicionais de peixes conhecidas da bacia do alto rio Tocantins que não foram registradas na região de Serra da Mesa, dessa forma é possível que a ictiofauna do alto Tocantins supere 300 espécies. Diante disso, é surpreendente a baixíssima riqueza em espécies de peixes registrada no estudo, que a nosso ver revela

um trabalho executado de forma expedita e negligente. Além disso, o EIBH apresenta várias deficiências metodológicas, como a não captura de espécimes de peixes em quatro dos nove pontos amostrados. Problemas taxonômicos relacionados à identificação das espécies também são evidentes e crassos, *e.g.*, o reconhecimento de *Astyanax bimaculatus* como única espécie, quando na verdade este táxon corresponde a um complexo de espécies no qual há outras com ocorrência relacionada para a região. A espécie *Brycon* sp. relacionada neste estudo pode ser qualquer uma das espécies do gênero que ocorre no alto rio Tocantins (*B. nattereri*, *B. falcatus*, *B. gouldingi* e *B. polylepis*). Para completar, o gênero *Oligosarcus* não tem ocorrência registrada para a bacia do alto rio Tocantins, assim como as espécies *Leporinus taeniatus* e *Geophagus surinamensis*. Outras identificações apontadas no EIBH são improváveis como *Chaetobranchius flavescens* e *Astyanax fasciatus*. Portanto, estes resultados evidenciam a deficiência e incompletude deste estudo em subsidiar medidas mitigadoras dos impactos dos empreendimentos sobre a ictiofauna da região.

É também importante destacar que há extensa literatura sobre espécies restritas à porção superior da bacia do rio Tocantins e que além das 35 relacionadas por Bertaco & Carvalho (2010), uma parte permanece não descrita formalmente, como podemos observar na elevada taxa de descrição de espécies da bacia nos últimos anos. A construção destes empreendimentos nas proximidades das áreas citadas poderá ocasionar extinções locais de espécies, em especial daquelas com reduzidas distribuições geográficas e exigências ecológicas específicas como ambientes de corredeiras, originalmente abundantes na região. Tudo isso mostra que o estudo ictiológico apresentado pela Ambientare Soluções Ambientais e BBM Consultoria Ambiental dentro do Estudo Integrado de Bacia Hidrográfica do rio Tocantinzinho não pode de forma alguma ser utilizado como referência para entender os potenciais impactos a serem gerados pelos empreendimentos previstos.

Da mesma forma, os impactos nos ambientes hídricos causados pela implantação destes empreendimentos devem influenciar, além da atividade de pesca de subsistência amplamente difundida na região, outras importantes atividades econômicas como o turismo, em função da supressão de ambientes hídricos, e outras atividades dependentes da estrutura e salubridade dos rios da região.

Em vista dos argumentos apresentados, sugerimos à Secretaria Estadual de Meio Ambiente de Goiás - SEMARH - uma análise rigorosa e criteriosa dos estudos que se objetivem a analisar o impacto destes empreendimentos, pois trabalhos como o EIBH

do rio Tocantinzinho, claramente são deficientes na abrangência da área, carecendo de contribuições mínimas para subsídios à conservação dos ambientes hídricos e recursos pesqueiros desta bacia hidrográfica.

Colaboraram na elaboração deste documento e assinam a versão original:

Diretoria do Projeto Pirapitinga:

Leandro Carvalho Vitorino

Kelven Stella Lopes

Oscar Barroso Vitorino Jr.

Pesquisadores convidados:

Dr. Paulo Henrique Franco Lucinda

Dr. Fernando R. Carvalho

Dr. Flávio César Thadeo de Lima

Dr. Carlos Sérgio Agostinho